

GOVERNO E RENAMO VÃO DISCUTIR CESSAR-FOGO

N. 14/3/92

— afirma Presidente Chissano na abertura da 3ª Sessão do CC do Partido Frelimo, contrariando declarações de Afonso Dhlakama

O Presidente do Partido Frelimo, Joaquim Chissano, afirmou, ontem em Maputo, que a próxima ronda negociada entre o Governo moçambicano e a Renamo deverá tratar questões relativas ao cessar-fogo, sublinhando que é desejo de todo o cidadão nacional que este ponto seja discutido com a rapidez que o sofrimento do povo exige. Chissano discursava na abertura dos trabalhos da 3ª Sessão Ordinária do Comité Central do Partido Frelimo, que decorre na capital do país.

A afirmação do Presidente do Partido Frelimo contraria as recentes declarações, à "Voz da América", do líder da Renamo, Afonso Dhlakama, segundo as quais a próxima ronda deverá ser dedicada à proposta deste movimento armado que preconiza uma revisão da Constituição vigente pelo futuro parlamento.

Embora reconhecendo que o ponto sobre questões relativas ao cessar-fogo se apresenta como complexo, Chissano mostrou-se esperançado que a responsabilidade e a ponderação que nos guiam embora exigindo de nós seriedade val-nos ao mesmo tempo permitir encontrar as vias para removermos os obstáculos que porventura se colocarem em nossa frente.

O contínuo massacre de civis indefesos, onde não são poupadas vidas de crianças e mulheres, raptos e assassinatos de sacerdotes e irmãos de caridade praticados pela Renamo, foi vigorosamente repudiado pelo dirigente máximo do partido no poder no país. Durante o seu discurso de abertura, Joaquim Chissano leu o conteúdo geral do Protocolo III, rubricado quinta-feira pelo Governo moçambicano e a Renamo, que estabelece os princípios do futuro regime eleitoral no país.

Sobre a situação de emergência em Moçambique, que resulta basicamente da guerra que dilacera o país há 16 anos, o Presidente Chissano sublinhou que ela tende a manter-se e, em muitos casos, a tornar-se ainda mais grave. Acrescentou que por razões de segurança, associadas à seca que assola o território nacional, aumenta o fluxo das populações aos centros urbanos.

A assistência humanitária da comunidade internacional a Moçambique, conforme disse o Chefe do Estado, não tem chegado ao ritmo e quantidade necessárias e prometidas. Sabe-se que os tradicionais parceiros de cooperação com o nosso país também não têm assegurado os níveis de financiamento do Programa de Reabilitação Económica e Social, com vista à consecução dos objectivos de crescimento económico programados.

Ainda de acordo com as palavras do Presidente Chissano, as acções que o Governo tem realizado não são por si só suficientes para conter o clima de instabilidade e combater com a devida eficácia a delinquência e a criminalidade. A agravar os dramáticos efeitos da guerra, o país está a enfrentar uma das piores secas que nos últimos 60 ou 70 anos assolou a região da África Austral. Sabe-se que toda a região a sul do rio Zambeze é considerada zona de seca.

Devido a esta situação, o Governo terá que solicitar à comunidade internacional uma ajuda alimentar adicional para a assistência a mais de um milhão de pessoas que são já ou serão, em breve, também vítimas da fome, causada por esta terrível seca.

As autoridades governamentais pediram, o ano passado, à comunidade

doadora uma assistência alimentar para o biénio 1992/93 capaz de assistir um total de sete milhões e 800 mil pessoas, sendo um milhão e 800 mil cidadãos deslocados internos ou seriamente afectados pela guerra.

Presentemente, estão em curso acções tendentes a determinar o mínimo necessário e estima-se que será preciso importar mais de um milhão e 400 mil toneladas de alimentos, dos quais pelo menos um milhão e 200 mil toneladas serão cereais de maior consumo.

— Aproveitamos este momento para apelar à comunidade internacional que responda com prontidão e generosidade ao apelo

que o Governo irá brevemente lançar — disse Chissano, adiantando que a par deste apelo algo deve ser feito, desde já, como alternativa que possa minimizar o impacto que a seca poderá ter nas populações.

Sobre os problemas organizativos e logísticos que os soldados do Exército moçambicano enfrentam, o Presidente do Partido Frelimo referiu que não podem ser vistos isoladamente, pois aglutinam-se às grandes dificuldades económicas e sociais que o país atravessa e que tocam todas as instituições nacionais.

Porque as Forças Armadas constituem um sector muito sensível e de quem depende a defesa da soberania do país, o Governo moçambicano, de acordo com o Presidente Chissano, tem empreendido esforços com vista a fazer face aos problemas que as afectam e garantir que a sua missão patriótica possa ser levada a bom termo.

Pronunciando-se sobre a cooperação regional, o Presidente do Partido Frelimo disse que a integração de uma África do Sul livre e democrática na comunidade dos países da SADCC irá, certamente, reforçar aquilo que se pretende para o desenvolvimento desta região, valorizando-se os recursos humanos, tecnológicos e naturais existentes, isto para o benefício de todos os povos que nesta zona austral trabalham e habitam.

Os 138 membros do Comité Central do Partido Frelimo presentes nesta 3ª Sessão Ordinária vão debater-se sobre várias questões de actualidade na vida do Partido, incluindo aspectos sócio-económicos do país.

Esta Sessão Ordinária, que devia ter sido realizada em Dezembro passado e na qual participam como convidados os chefes de departamentos do CC, vai debater a proposta do regulamento geral interno do Partido Frelimo e os relatórios do Secretariado do Comité Central, da Comissão Política e um outro sobre o processo eleitoral nos órgãos locais. Os trabalhos terminam na próxima quarta-feira, com uma interrupção no domingo para descanso.